

# CAPITAL SOCIAL E COMUNITARISMO

Francisco Uribam Xavier de Holanda<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo aborda o conceito de capital social de forma analítica e descritiva, apresentando-o como portador de características práticas capazes de reconstruir um processo de relações comunitárias como contraponto ao processo de desenvolvimento que corrói as relações de confiança, de lealdade e de compromisso mútuo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capital Social, Desenvolvimento Sustentável, Engajamento Cívico.

**ABSTRACT:** This article is intended to provide a descriptive and analytical account of social capital, which favors a view of development as a process that re-build loyalties and mutual agreements in community relations instead of undermining them.

**KEY-WORDS:** social capital; sustainable development; civic engagement

## INTRODUÇÃO

Uma das grandes lições do século XX para o século XXI foi a demonstração empírica de que os avanços científico e tecnológico (biotecnologia, robótica, genética, telemática, tecnologia aeroespacial, etc.) aplicados na produção de bens materiais, seguindo à lógica de mercado, não tornam a humanidade mais livre das amarras sociais e nem das amarras impostas pela forma como aprendemos a ganhar a sobrevivência, ou seja, o trabalho. A apropriação privada das várias formas de riqueza não torna a humanidade mais civilizada, não a conduz a uma vida mais igualitária, nem a deixa com tempo livre para se dedicar a coisas mais nobres, como a arte, a literatura, a vida espiritual e a sua relação com a natureza.

O período pós-guerra consolidou a crença de que o crescimento econômico seria a condição necessária e suficiente para a superação do subdesenvolvimento. O crescimento econômico era visto como um processo no qual quando a taxa de investimentos crescia fortemente, as técnicas produtivas se transformavam rapidamente, diversificando a demanda graças ao aumento da renda *per capita*. Para manter o círculo virtuoso, era só ampliar as oportunidades de investimentos, assim as desigualdades sociais seriam resolvidas.

O que se viu ao longo do século XX é que o crescimento econômico assumiu formas estruturalmente excludentes. O colapso do desenvolvimentismo latino-americano, no final dos anos 60, combinado com o agravamento dos problemas ambientais, principalmente a crise do petróleo, colocaram em xeque a idéia de que o crescimento econômico é condição necessária e suficiente para melhorar a qualidade de vida da humanidade. Foi identificado também que o padrão tecnológico e de consumo predominante dos países industrializados ou de primeiro mundo não é sustentável e nem é possível de ser estendido ou globalizado para todos os cantos do planeta. O que acontece é que quanto maior é o desenvolvimento tecnológico, maior é também o domínio da racionalidade instrumental na natureza, na economia e, sobretudo, no homem. Como bem identificou Karl Marx:

No sistema capitalista, todos os métodos de aumento da produtividade social do trabalho são empregados à custa do trabalhador; todos os meios para o desenvolvimento da produção se transformam em meios de dominação e exploração dos produtores; mutilam o trabalhador, transformando-o num fragmento de homem, degradando ao nível de apêndice de uma máquina, destruindo todo o remanescente encantamento de seu trabalho e transformando-o em um trabalho árduo e detestável; tiram dele as potencialidades intelectuais do processo de trabalho, na medida em que a ciência é aplicada no trabalho, como força independente; distorcem as condições em que ele trabalha, sujeitando-o, no processo de trabalho, a um

despotismo odioso por sua mesquinaria; transformam sua vida em uma vida de trabalho e arrastam sua esposa e seus filhos para o domínio do capital idolatrado (MARX, 1961, p. 645).

Atualmente ainda existem indivíduos e instituições acreditando que desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico são suficientes, principalmente nos países pobres, para alavancar o desenvolvimento, mesmo diante da constatação empírica de que os países que cresceram muito economicamente convivem com parte significativa de sua população desempregada ou na pobreza, com degradação ambiental e exclusão social. Portanto, se é aceitável que na contemporaneidade se retroalimentam a tradicionalidade e a renovação, então, como a história e o cotidiano podem contribuir na formação de uma visão mais complexa de desenvolvimento?

Na sociedade capitalista contemporânea, pós-industrial (Daniel Bell), ou na sociedade da informática (Adam Schaff), da terceira onda (Alvin Toffler), da flexibilidade do trabalho, do capitalismo flexível (David Harvey) ou da cultura de risco (Giddens), não há mais lugar para o longo prazo. A efemeridade, a negação da continuidade corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo, "qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável." (SENNETT, 1999, p.27). Esse fenômeno produz um comportamento cético, individualista e relações anômicas que corrompem o caráter.

Para Richard Sennett (1999, p.10), o caráter é um valor que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros. Ele "é expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro". O desenvolvimento do caráter depende de virtudes estáveis como lealdade, comprometimento e ajuda mútua. Diante de tais exigências, Sennett (1999) levanta questões de fundo para quem quer pensar o desenvolvimento sustentável frente ao capitalismo flexível:

Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? (SENNETT, 1999, p.27).

A construção do caráter é inerente à questão da reciprocidade e da justiça social. No século XXI, o grande desafio é o de buscar respostas para a questão da justiça social. Sabemos que o crescimento econômico é necessário; mas não é suficiente, porque o desenvolvimento deve estar relacionado à constante melhoria universal da qualidade de vida e, como defende Amartya Sen (2000, p.17), deve

“ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”<sup>2</sup>.

Um desenvolvimento humano e sustentável não precisa seguir um modelo único como paradigma, mas exige a retroalimentação do capital físico-econômico (insumos, estrutura, financiamento, recursos naturais), com o capital humano (educação, capacitação), com o capital social (confiança, solidariedade, cooperação, normas) e com a boa governança (transparência administrativa, controle social, legitimidade, eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas), como defende Robert Putnam (1996, p.192), “Para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano”.

Diante da insustentável crença liberal – que prega a não intromissão organizada da sociedade no desenvolvimento econômico e, por sua vez, na construção das normas de sociabilidade, porque existe um mercado que é conduzido por uma “mão invisível” que assegura automaticamente o progresso para todos –, a teoria do capital social surge como uma categoria sociológica aplicada à ação coletiva. Seu pressuposto é de que a capacidade de ação é ampliada em situações onde a confiança permeia uma coletividade facilitando a otimização do uso de recursos socioeconômicos e humanos disponíveis.

Para a teoria do capital social, a sociedade é formada pela interação de indivíduos e grupos que criam normas, estruturas, valores e redes (articulações de reciprocidade), cujos objetivos são aferir vantagens sociais. Portanto, o social não é apenas o somatório de ações individuais, independentes umas das outras, coordenadas por uma estrutura impessoal chamada mercado. O capital social, segundo Putnam:

refere-se a características da organização social, tais como confiança, normas e redes que podem aumentar a eficácia de uma sociedade facilitando ações coordenadas [...] Confiança compreende uma previsão sobre o comportamento de um ator independente. Normas de reciprocidade generalizadas e redes de engajamento cívico estimulam a confiança social e a cooperação porque reduzem os incentivos a defecção, reduzem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura. (PUTNAM, 1995, p. 4).

O conceito de capital social, desenvolvido pelo sociólogo James Coleman (1994) procurou demonstrar sobre quais condições as instituições públicas podem mobilizar recursos sociais com o escopo de alcançar um eficiente processo de desenvolvimento com justiça social. Segundo Jawdat (1999) Coleman levantou a

hipótese de que existe uma complementaridade entre capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança). A otimização do capital físico, do capital-econômico e do capital humano é alcançada na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade.

Segundo Coleman (1994), a principal tarefa das Ciências Sociais encontra-se na explicação de fenômenos sociais e não de comportamentos individuais. A partir dos três elementos básicos do sistema social (os atores e seus interesses; os recursos necessários à satisfação desses interesses e o sistema de controle sobre os recursos), ele identifica relações de autoridade e de confiança, examina a demanda por normas sociais e sua realização, para em seguida elaborar sua teoria de capital social.

Para Coleman (1994), as normas são construções sociais. O que ele se pergunta é como as normas podem emergir e ser mantidas entre um conjunto de indivíduos racionais, e como esses indivíduos são levados racionalmente a agir de forma a beneficiar outros indivíduos ou a renunciarem voluntariamente a realizar ações que lhes possam beneficiar imediatamente. Em última instância, ele indaga sobre como é possível à produção de bens coletivos. Para isso, o seu pressuposto é de que as ações sociais praticadas por indivíduos no espaço micro constituem os nexos causais que ligam os fenômenos uns aos outros.

O conceito de capital social, como indutor de mudança social, encontra limites na hierarquia (criadora do clientelismo e do apadrinhamento), como forma de relacionamento político, e na autocracia (geradora do medo, da violência e da coerção), como forma de regulação da sociabilidade e dos conflitos sociais, porque são comportamentos que inibem a produção, reprodução de relações democráticas fortalecedoras do capital social. Para Robert Putnam:

toda sociedade – moderna ou tradicional, autoritária ou democrática, feudal ou capitalista – se caracteriza por sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais, tanto formais quanto informais. Alguns desses sistemas são basicamente horizontais, congregando agentes que têm o mesmo status e o mesmo poder. Outros são basicamente verticais, juntando agentes desiguais em relações assimétricas de hierarquia e dependência [...]. Os sistemas horizontais de participação cívica (cooperativas, associações, partidos, clubes desportivos, sindicatos, associações culturais e de ajuda mútua) ajudam os participantes a solucionar os dilemas da ação coletiva, então quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização, mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral [...]. Um sistema vertical, por mais ramificado e por mais importante que seja para seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação sociais (PUTNAM, 1996, p. 182-185).

Confiança e engajamento cívico estão fortemente correlacionados; quanto maiores as densidades de participação em associações, mais confiantes são seus cidadãos. Confiança e engajamento são duas facetas do capital social. Para Putnam (1996), a vida é mais fácil numa comunidade com um estoque substancial de capital social, por várias razões: primeira, porque as redes de engajamento cívico criam normas vigorosas de reciprocidade generalizada e estimulam a emergência da confiança social. Essas redes facilitam a coordenação e a comunicação, amplificam reputações e, assim, permitem a resolução de dilemas de ação coletiva; segunda, quando a negociação política e econômica está fundada em redes de interação social, reduzem-se os incentivos para o oportunismo e para o clientelismo; terceira, redes densas de interação ampliam o sentido da individualidade desdobrando o eu no nós, ou, na linguagem das teorias da escola racional, realçando o gosto por benefícios coletivos.

Para Peter Evans (1993), entre as funções reguladoras da interação social que cabem ao Estado estaria o papel de mobilizador do capital social.

Segundo Jawdat Abu-El-Haj:

ele ressaltou a idéia segundo a qual o ativismo institucional incentiva as redes cívicas adormecidas, ou historicamente reprimidas, a ganharem uma vida autônoma. A nova construção se baseou na hipótese de que o poder de autonomia coletiva é essencialmente desigual. O Estado é a única instância com potencial de mobilização ou desmobilização das iniciativas coletivas. O sucesso do Estado depende de uma síntese contraditória da autonomia do Estado e da sua exposição cotidiana aos interesses organizados da sociedade. Em outro sentido, a mudança social acontece na medida em que o Estado passa da regulamentação para ação (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 13).

Capital social é uma categoria de uso multidisciplinar, na Sociologia é um conceito aplicado à ação coletiva. Seu pressuposto é de que a capacidade de ação é ampliada em situações cujas relações de confiança permeiam as relações de sociabilidade, otimizando o uso dos recursos disponíveis ou solucionando problemas. Quem mais publicizou o uso do conceito de capital social foi Robert Putnam, para ele,

capital social refere-se a características da organização social, tais como confiança, normas e redes que podem aumentar a eficácia de uma sociedade facilitando ações coordenadas [...] confiança compreende uma previsão sobre o comportamento de um ator independente. Normas de reciprocidade generalizadas e redes de engajamento cívico estimulam a confiança social e a cooperação porque reduzem os incentivos, a defecção, reduzem a incerteza e fornecem modelos para cooperação futura (PUTNAM, 1995, p.4).

Para existir sociabilidade, é preciso que os indivíduos tenham determinadas crenças, criem determinados consensos, coordenem determinadas ações e coíbam determinadas práticas. Para que tais atitudes sejam validadas, é preciso que haja uma sinergia entre as dimensões ética e moral. A dimensão ética pertence a cada indivíduo, faz parte da natureza humana, mas não é dada pela natureza, tem que ser construída culturalmente pelo agir do ser humano. É uma realidade ligada à ordem dos fins, do dever ser: viver bem e de forma sustentável; sua finalidade é a auto-realização do ser no plano pessoal e social. A dimensão moral expressa as distintas formas culturais e históricas da ética. A moral é o conjunto de valores e hábitos consolidados pela história e pela tradição de uma comunidade, povo ou nação; por isso são diversificados e localizados. Portanto, de forma simplificada, ter ética significa ter princípios fundamentais, ter moral significa ter virtudes (costumes e valores).

Capital social são relações sociais construídas e vivenciadas a partir de princípios e virtudes – tais como: confiança, cooperação, reciprocidade e normas de sociabilidade – que são sedimentadas no mundo da vida. O capital social é produzido, alimentado e reproduzido a partir do mundo da vida, suas raízes são culturais e históricas. O mundo da vida é o espaço do cotidiano, como define Aldous Huxley, é o mundo

em que os homens nasceram, em que vivem e, por fim, morrem; o mundo em que amam e odeiam, em que experimentam o triunfo e a humilhação, a esperança e o desespero; o mundo dos sofrimentos e das alegrias, da loucura e do senso comum, da estupidez, da hipocrisia e da sabedoria; um mundo de todas as espécies de pressão social e de pulsão individual, da discórdia entre a razão e a paixão, dos instintos e das convenções, da linguagem comum e dos sentimentos e sensações para os quais não temos palavras (HUXLEY apud HABERMAS, 1994, p.94)

O fato de o capital social ser enraizado no mundo da vida e de possuir dimensões históricas e culturais, não significa que existe um determinismo histórico ou cultural que instrumentalize sua existência. Logo, ele pode ser construído e/ou intensificado até mesmo onde não tenha havido uma história de tradições cívicas. Contudo, no mundo da vida, onde as ações cívicas estejam presentes, como fato histórico ou uma força viva, mais fértil será o terreno para produção e intensificação do capital social. Mesmo achando limitada a fundamentação biológica<sup>3</sup> utilizada por Francis Fukuyama (2000) para explicar o conceito de capital social, pensamos como ele quando afirma contra o determinismo histórico de Robert Putnam que :

o capital social não é, como às vezes é descrito, um raro tesouro cultural transmitido de uma geração a outra – uma coisa que, caso seja perdida, nunca poderá ser recuperada. Ao contrário, ele é criado o tempo todo por pessoas que estão cuidando de suas vidas diárias. Ele era criado em sociedades tradicionais e é gerado diariamente por indivíduos e organizações numa sociedade capitalista moderna (FUKUYAMA, 2000, p.154).

A presença de grupos locais de ascendência (reserva de reciprocidade), de identidade compartilhada, de resgate da memória histórica das ações comunitárias, de redução da repressão, de empoderamento das mulheres camponesas e de interação dos camponeses com os agentes de desenvolvimento rural foram os seis aspectos sistematizados por John Durston (1999) que permitiram explicar o processo de formação de capital social numa região acívica (comunidades camponesas de Chiquimula, na Guatemala), contrariando conclusões de Robert Putnam (1996) para quem, na construção de instituições, o tempo se mede em décadas, e para quem na criação de normas de cooperação e participação cívica, o processo é ainda mais lento. Todavia, se os seis fatores supracitados contribuíram para a criação do capital social numa realidade onde predominava a ausência de ações cívicas, a materialização do incipiente capital social criado só foi possível devido à iniciativa do Programa de Apoio aos Pequenos Produtores de Zacapa e Chiquimula – PROZACHI e do Fundo de Inversão Social – FIS<sup>4</sup> por meio da integração de três ações: capacitação com o propósito de fortalecer as habilidades sociais e de comunicação das comunidades, dotando-as de conhecimento para a realização de diagnóstico da realidade e planificação de suas ações; criação de oportunidades para que as comunidades pudessem fazer uso de suas novas habilidades obtendo benefícios materiais imediatos do Prozachi e do FIS; e proteção (incubação) das embrionárias experiências do clientelismo político e econômico presentes na região.

Para John Durston (1999), a experiência de Chiquimula aponta para modificações no paradigma de capital social, principalmente na concepção de Putnam no que se refere aos obstáculos à construção do capital social em comunidades onde predominam normas e práticas acívicas. Também apontam para modificações nas concepções e execuções de políticas públicas junto às comunidades camponesas. As principais lições da experiência de Chiquimula são: i- a confiança e a reciprocidade se estendem para além do domicílio nuclear, se associam com os laços de parentesco próximo e com os longos anos de interação com os vizinhos; ii- a repetição freqüente de exercícios de confiança e de cooperação entre os camponeses cria uma disposição cada vez maior a cooperar reciprocamente com a vida comunitária (no início lenta e insegura, depois acelerada); iii - a confiança se constrói sobre o passado, não sobre o futuro. É na experiência de cumprimento



anterior que se prova a confiabilidade das pessoas, e não sobre acordos e contratos de promessas para o futuro; iv - e embora as relações de reciprocidade vertical sejam consideradas, pela maioria dos teóricos, como contrária à formação do capital social, porque unem pessoas de poderes desiguais e assimétricas, em Chiquimula, a reciprocidade vertical resultou ser, em parte, necessária na construção do capital social.

O capital social pode ser articulado por meios de sistemas ou redes, facilitando ações coordenadas entre indivíduos, grupos e instituições. Pode ser canalizado para efetivação e manutenção de interesses diversos (virtuosos e viciosos). Atualmente, vem-se criando uma consciência de que ele é um fator importante na construção do desenvolvimento econômico de comunidades, regiões ou de grupos sociais excluídos pelas regras do mercado.

Investigações sobre a relação entre o capital social e o desenvolvimento econômico, conforme sistematização feita por Woolcook (1998), podem ser classificadas em quatro perspectivas diferentes: comunitaristas, redes, institucionais e sinérgica. Em ambas, o capital social pode ser canalizado para tirar proveitos individuais e coletivos, enfrentar vulnerabilidades como a pobreza, solucionar conflitos e tirar proveito de novas oportunidades. Mas o capital social em si, sem se retroalimentar com outros fatores, pode não ser eficiente. No Quênia, uma avaliação sobre a situação da pobreza registrou a existência de mais de 200.000 grupos comunitários ativos nas áreas rurais, mas a maioria estava descoberta pelos recursos externos, o que os tornavam incapazes de agirem com sucesso na redução da pobreza. Em muitos países latino-americanos, grupos indígenas são freqüentemente marcados por elevados níveis de solidariedade social, mas permanecem excluídos economicamente porque lhes faltam os recursos necessários para mudarem as regras do jogo. Tanto no caso do Quênia, como das experiências dos países latino-americanos, a construção de redes pode ser um instrumento eficiente em relação aos limites da ação comunitária; elas podem permitir que o capital social se materialize beneficiando, de forma mais visível, o desenvolvimento econômico, mas, para participar de redes, é preciso ter certas habilidades (capital humano) e recursos (capital financeiro). Uma relação de parceria, ação sinérgica, entre o Estado e a sociedade pode acabar gerando uma relação de confiança que produza benefícios e maior eficácia das instituições estatais e comunitárias.

O capital social pode ser intensificado ou inibido a partir de ações individuais e institucionais de ordem governamental e não governamental. Ele é intensificado quando uma ação estimula e valoriza seus princípios (confiança, cooperação, reciprocidade e normas de sociabilidade); e é inibido quando os ignoram ou os depreciam. A construção dos mecanismos para intensificar ou inibir o capital social pode ocorrer a partir de diferentes processos: dos sujeitos locais (indivíduo, grupo, comunidade, instituição) entre si; do sujeito local com um

sujeito externo (igrejas, ONGs, sindicatos, partidos, órgãos governamentais, empresas); do sujeito externo com o sujeito local.

O capital social se torna visível e se manifesta através da ação social dos indivíduos nos espaços comunitários (ação voluntária, assessoria, mutirão, time de futebol, atividades educativas, filantropia, cotização), nas instituições (sindicato, igreja, associação comunitária, partido políticos, cooperativas etc.) e em redes (rede de economia solidária, rede de defesa dos direitos humanos, articulação do semi-árido, rede Brasil, rede em defesa dos direitos das mulheres etc.). Assim, o capital social é um instrumento capaz de criar um processo de empoderamento à medida que fortalece laços de coesão, cria espaços para socialização de conhecimentos e informações, fortalece a auto-estima dos indivíduos, credibilizando-os para a construção do autodesenvolvimento.

Um aspecto que achamos inadequado, quando se fala em capital social, foi de tratar os princípios e valores que constitui o capital social no mundo da vida como estoque. O termo estoque é um juízo analítico, no sentido kantiano, que já traz em si a idéia de quantidade; bem como passa a idéia de algo que, ao ser utilizado, sofre uma baixa ou pode se acabar. Portanto, o mais adequado é falarmos de intensidade de capital social, semelhante ao sentimento que temos em relação à idéia de felicidade, que é qualitativo e não quantitativo. Assim, quanto mais ativa e eficiente for uma ação cívica maior será a possibilidade do capital social se manifestar.

Redes são instrumentos ou estruturas de expansão do capital social, elas podem e devem se constituir como meio de articulação dos princípios, virtudes e relações sociais que dão vida ao capital social. Assim sendo, capital social são relações sociais tecidas por valores que podem ser assimilados por indivíduos, grupos ou instituições. Essas relações sociais são enraizadas na realidade (território, situação e época) dos indivíduos. Ter consciência desse enraizamento é de fundamental importância para que as Ciências Sociais possam se reportar às inserções dos indivíduos nas microrrelações sociais.

## NOTAS

<sup>1</sup> Francisco Uribam Xavier de Holanda – Graduado em Filosofia Política, doutor em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais da UFC, membro da Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina - RUPAL. [uribam@ufc.br](mailto:uribam@ufc.br)

<sup>2</sup> Para Sen (2000, p.17), são cinco as liberdades que, se forem intensificadas, contribuirão para reforçar e ampliar a capacidade geral dos indivíduos em suas relações sociais: liberdades políticas, facilidades econômicas, garantias de transparência, oportunidades sociais e segurança protetora.

<sup>3</sup> Para Fukuyama (2000, p.172) são duas as fontes de capital social: a natureza humana e o processo espontâneo de auto-organização. Sua hipótese é de que o comportamento social faz parte de nossa herança genética.. Cito-o mais : "talvez a maneira mais fácil de demonstrar que o comportamento cooperativo nos seres humanos tem base genética e não é apenas culturalmente construído seja observar não os seres humanos, mas o seu parentesco genético mais próximo, o chimpanzé. Os chimpanzés demonstram um comportamento social que é, muitas vezes, estranhamente humano".

<sup>4</sup> O PROZACHI, criado em 1992, tinha como estratégia a superação da pobreza através da facilitação do acesso de crédito bancário, assistência técnica, capacitação e infra-estrutura aos camponeses. O FIS, criado em 1997, promoveu gratuitamente a infra-estrutura física: estradas, escola e centro de saúde.

## REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O Capital Social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 47, 1999.

COLEMAN, James Samuel. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Presse, 1994.

DURSTON, John. Construyendo capital social comunitario. **Revista de La CEPAL**. Santiago de Chile, dec. , p. 103-118, 1999.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28 e 29, 1993.

FUKUYAMA, Francis. **A Grande ruptura: a natureza humana e a reconstrução da ordem social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1994.

MARX, Karl. **O Capital**. Moscou: Línguas Estrangeiras, 1961.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. Capital social e democracia: a vida comunitária anima o desenvolvimento político. **Braudel Papers**, São Paulo, n. 10, 1995.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WOOLCOOK, Michael. **Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework**. *Theory and Society*, n. 27, p. 151-208, 1998.

Artigo recebido para publicação em 07 de julho de 2011.